



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
31-12-2020**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PRESIDENTE, DIRETORES E ADMINISTRADORES
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras.

CONTEXTO

Nossa auditoria do ano de 2020 foi planejada e executada levando em consideração as operações da Entidade.

Levamos em consideração os saldos anteriores das contas patrimoniais, pois as mesmas foram auditadas por esta auditoria e apresentaram conformidade com as contatadas na contabilidade atual. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo as respectivas contas patrimoniais.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de janeiro de 2021.



PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX
CRC – SP 2SP026076 “S”
Maria Cecilia Casanova
CRC-RS nº -53454 “T” – “SP”

1. REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A T I V O

Valores expressos em R\$

	<u>Nota</u>	<u>30-DEC-20</u>	<u>30-DEC-19</u>
CIRCULANTE		4.200.051	3.990.033
DISPONIBILIDADES		2.285.964	2.075.193
Caixa e bancos	4.1	489.879	50.258
Aplicações de liquidez imediata	4.1.3	29.482	33.400
Aplicações Banco do Brasil - Bloqueadas	4.1.4	1.766.603	1.991.536
DIREITOS REALIZÁVEIS		1.914.087	1.914.839
Adiantamentos a delegação esportiva	4.2	5.601	6.353
Adiantamentos a dirigentes	4.3	150.663	150.663
Outros adiantamentos	4.4	35.258	35.258
Adiantamento para prestação de contas	4.5	1.722.564	1.722.564
NÃO CIRCULANTE		1.511.636	1.473.119
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		35.739	35.739
Consórcios		35.739	35.739
Carta de crédito	5.1.1	35.739	35.739
PERMANENTE		1.475.897	1.437.380
Depósitos de bloqueios judiciais	5.1.2	170.085	-
IMOBILIZADO	5.2	1.305.812	1.437.380
Imóveis		2.023.312	2.023.312
Equipamentos		250.683	250.683
Computadores e Periféricos		177.258	173.648
Instalações		185.653	185.653
Moveis e Utensílios		278.564	278.564
Telefonia		8.336	8.336
Benfeitorias em instalações		470.931	470.931

(-) Depreciação	(2.088.925)	(1.953.748)
Intangível	-	-
Intangível	3.345	3.345
(-) Amortização	(3.345)	(3.345)

TOTAL DO ATIVO

R\$ 5.711.687 R\$ 5.463.151

PRYZZE

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL**Rio de Janeiro - RJ****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****P A S S I V O**

Valores expressos em R\$

	Nota	30-DEC-20	30-DEC-19
CIRCULANTE		1.392.319	1.663.238
Fornecedores diversos	6.1	262.685	275.177
Obrigações trabalhistas e sociais	6.2	97.190	127.243
Obrigações tributárias	6.3	227.546	360.416
Encargos sociais	6.4	367.720	540.601
Obrigações diversas	6.5	434.580	355.879
Parcelamentos	6.6	2.598	3.921
NÃO CIRCULANTE		9.532.687	9.101.700
Empréstimos financeiros	7.1.1	1.231.577	1.231.577
Parcelamentos	7.1.2	5.429.234	4.466.319
Obrigações trabalhistas e sociais	7.1.3	1.295.017	1.285.440
Fornecedores	7.1.4	100.345	117.881
Empréstimos pessoas ligadas	7.1.5	-	304.432
Empréstimos terceiros	7.1.6	-	219.537
Projetos - Ministério Esporte	7.1.7	1.476.513	1.476.513
PATRIMÔNIO SOCIAL		(5.213.319)	(5.301.786)
Patrimônio social	9	148.437	148.437
Déficit acumulado		(5.361.757)	(5.450.224)
TOTAL DO PASSIVO		R\$ 5.711.687	R\$ 5.463.151

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Valores Expressos em R\$

	Nota	30-DEC-20	30-DEC-19
RECEITAS DO EXERCÍCIO		3.442.626	3.728.019
Receitas de patrocínios	10.1.1	1.089.707	2.650.300
Lei Piva	10.1.2	-	35.658
Receitas financeiras	10.1.3	11.078	29.325
Outras receitas	10.1.4	2.341.841	1.012.736
DESPESAS OPERACIONAIS	10.2	(3.354.159)	(3.727.240)
Despesa pessoal	10.2.1	(1.807.582)	(1.920.573)
Despesa geral	10.2.2	(193.208)	(265.654)
Despesa com prestação de serviços	10.2.3	(423.458)	(969.709)
Despesa com veículos	10.2.4	(4.324)	(8.511)
Depreciação		(135.178)	(173.848)
Despesas com eventos	10.2.5	(771.767)	(356.559)
Despesas financeiras	10.2.6	(18.643)	(32.386)
Resultado do Exercício		R\$ 88.467	R\$ 779

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

Valores expressos em R\$

	<u>30-DEC-20</u>	<u>30-DEC-19</u>
Atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício	88.467	779
Depreciação	135.178	173.848
Adiantamentos a delegação esportiva	752	93.550
Créditos pessoais	-	8.485
Outros adiantamentos	-	305.399
Adiantamento para prestação de contas	-	(573.398)
Depósitos de bloqueios judiciais	(170.085)	145.110
Fornecedores diversos	(30.027)	(30.422)
Obrigações trabalhistas e sociais	(20.476)	(15.100)
Obrigações tributárias	(132.871)	218.873
Encargos sociais	(172.882)	263.552
Obrigações diversas	78.701	(625.984)
Parcelamentos	-	(7.184)
Parcelamentos	961.592	(166.206)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	231.168
Recursos provenientes das atividades operacionais	<u>R\$ 738.349</u>	<u>R\$ 22.471</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos financeiros	-	(5.159)
Empréstimos de terceiros	(219.537)	219.537
Empréstimos pessoas ligadas	(304.432)	-
Recursos aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(523.969)</u>	<u>214.378</u>
Atividades de investimento		
Recursos obtidos na venda de ativos permanentes		
Aquisições de imobilizado	(3.610)	-
Recursos aplicados nas atividades de investimento	<u>R\$ (3.610)</u>	<u>R\$ -</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	<u>R\$ 210.770</u>	<u>R\$ 236.849</u>
Caixa no início do exercício e equivalente de caixa	2.075.193	1.838.344
Caixa no final do exercício e equivalente de caixa	2.285.964	2.075.193
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	<u>R\$ 210.770</u>	<u>R\$ 236.849</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL**Rio de Janeiro - RJ****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL****PERÍODO DE 01-Jan-17 a 31-Dec-20**

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL		SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO		TOTAL GERAL
Saldo em 01-Jan-2017	R\$	148.437	R\$	(7.690.923)	R\$ (7.542.486)
Déficit do exercício				(715.301)	(715.301)
Ajuste de variação patrimonial				2.157.462	2.157.462
Saldo em 31-Dec-2017	R\$	148.437	R\$	(6.248.762)	R\$ (6.100.324)
Superávit do exercício				460.899	460.899
Ajuste de variação patrimonial				105.692	105.692
Saldo em 31-Dec-2018	R\$	148.437	R\$	(5.682.171)	R\$ (5.533.733)
Superávit do exercício				779	779
Ajuste de variação patrimonial				231.168	231.168
Saldo em 31-DEC-2019	R\$	148.437	R\$	(5.450.224)	R\$ (5.301.786)
Superávit do exercício				88.467	88.467
Saldo em 31-DEC-2020	R\$	148.437	R\$	(5.361.757)	R\$ (5.213.319)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

	30-DEC-20	30-DEC-19
Resultados		
Total receitas:	3.442.626	3.728.019
Receitas de patrocínios	1.089.707	2.650.300
Lei Piva	-	35.658
Receitas financeiras	11.078	29.325
Outras receitas	2.341.841	1.012.736
Resultado do período	88.467	779
Gastos administrativos	5,61%	7,13%
Desempenho		
Capital circulante líquido	2.807.732	2.326.795
Capital de Giro Necessário	2.789.427	2.309.126
Tesouraria	47.786	51.069
Rentabilidade sobre receitas %	3891%	478509%
Rentabilidade do patrimônio líquido % - ROE	-2%	0%
Ebitda s/ receita líquida	7%	6%
Giro do ativo	0,6	0,7
Retorno do ativo (%)		
Geração fluxo de caixa operacional	738.349	22.471
Dados balanço		
Endividamento	10.925.006	10.764.938
Patrimônio social	(5.213.319)	(5.301.786)
Despesa financeira	18.643	32.386
Ativo circulante e não circulante	5.711.687	5.463.151
Passivo circulante e não circulante	10.925.006	10.764.938
Despesas operacionais	3.354.159	3.727.240
Outros dados		
Ebitda	242.287	207.013
Depreciação e amortização	135.178	173.848
Índices		
Liquidez geral - LG	0,39	0,37
Liquidez seca - LS	3,02	2,40
Liquidez corrente - LC	3,02	2,40
Grau de endividamento - GE	1,91	1,97
Estrutura de capital (%)		
Endividamento	-209,56%	-203,04%
Endividamento curto prazo	-26,71%	-31,37%
Imobilização do patrimônio social	-25,05%	-27,11%

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.020

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, designada pela sigla CBB, com sede na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 25 de Dezembro de 1933, e única filiada no território nacional à Federação Internacional de Basketball, designada pela sigla FIBA e ao Comitê Olímpico do Brasil designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônio próprio e constituída pelas Entidades filiadas de administração de basquetebol, todas com direitos iguais, que, no território brasileiro dirijam ou venham dirigir de fato o basquetebol, tem por objetivo: a) dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do basquetebol, inclusive o profissional, em todos os níveis e modalidades; b) promover a realização de campeonatos e torneios de basquetebol, com a participação de representantes regionais e associações que lhe são filiadas, bem como de competições internacionais, de acordo com as normas das entidades dirigentes na área internacional; c) autorizar que suas filiadas, direta ou indiretamente, federações e associações comerciais, realizem as competições referidas na alínea anterior, aprovando-lhes os regulamentos; d) zelar pela organização e pela disciplina da prática do basquetebol nas federações, nas entidades e nas associações que lhe são filiadas; e) cumprir e fazer cumprir os atos originários da FIBA e das demais entidades internacionais a que esteja filiada; f) expedir aos filiados, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, funcionamento e disciplina das atividades do basquetebol; g) regulamentar as disposições baixadas a respeito dos atletas amadores e profissionais dispendo sobre inscrições, registros, inclusive de contratos, transferências, remoções e reversões, cessões temporárias ou definitivas bem como sobre registros de técnicos; h) decidir sobre a adoção do profissionalismo no basquetebol por parte dos seus membros filiados; i) tomar quaisquer medidas que se tornem necessárias ou convenientes a fim de impedir que infrinjam os Estatutos e demais normas da FIBA; j) aplicar penalidades, no limite de suas atribuições, aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias, regulamentares e legais; k) suspender ou desfiliar qualquer de seus membros que infrinjam ou tolerem que seus filiados infrinjam os Estatutos da FIBA e da CBB e demais normas vigentes por elas aprovadas, estendendo a penalidade ao filiado, quando for o caso; l) interceder, perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e legítimos interesses das pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas à sua jurisdição; m) representar o basquetebol, em qualquer atividade de cunho internacional, ressalvada a competência do Comitê Olímpico do Brasil, com poderes para celebrar convênios e acordos, assim como orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das federações e das entidades e associações que lhe são filiadas, no âmbito internacional; n) decidir quanto à participação de delegações desportivas de seus membros filiados em competições internacionais no exterior, de acordo com a legislação desportiva, bem assim fiscalizar a sua constituição e desempenho; o) praticar, no exercício da direção nacional do basquetebol, todos os atos necessários à realização de seus fins.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e estão apresentadas em real (R\$), sendo esta a moeda funcional da sociedade.

O CPC PME está convertido às normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC PME requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de patrocínios são reconhecidas no resultado quando todos os riscos são transferidos para a entidade e os benefícios econômicos são gerados a favor da sociedade. Uma receita não é reconhecida se houver incertezas em relação à sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e são representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante.

A entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma

transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros recebíveis.

3.2.2 Passivos financeiros

A entidade reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial.

A entidade tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos, e outros débitos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixas futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis às de mercado, estando registradas ao seu valor justo e de realização.

3.2.4 Ativo Circulante e não circulante

Os valores foram registrados pelo seu valor nominal.

Sendo considerado curto prazo as operações com menos de 12 (doze) meses e a longo prazo as operações superiores a doze) meses.

3.2.5 Imobilizado

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e do valor estimado. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de

benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis.

NOTA 4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Caixa e Bancos

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, 31 de dezembro de 2020, perfazendo o montante de R\$ 489.879 (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e setenta e nove reais):

4.1.1. Caixa

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	9.717	32.588
Total R\$	9.717	32.588

4.1.2. Bancos

	31-dez-20	31-dez-19
Banco Itau 46229-9	461.858	-
CEF Ag 4044 C/C 1857-6	11.701	11.701
CEF Ag. 4044 CC 1896-7 - Recursos Proprios	646	1
CEF cc 1246-2 2014	1.722	1.722
Banco do Brasil cc 50928-0	-	-
B.Brasil AG 0392-1 c/c 52686-X	-	5
Banco do Brasil cc 52520-0	-	6
CEF cc 1803-7	4.235	4.235
CEF cc 1406	2	-
Total	R\$ 480.162	R\$ 17.669

4.1.3. Aplicações Financeiras

	31-dez-20	31-dez-19
CEF Poupança COB 013-13314	11	681
Banco do Brasil cc Poupança 52520-0	-	651
Banco do Brasil cc 52686-x	-	560
CEF Poupança 14818-3	29.468	29.583
CEF Ag. 4044 Poupança 15473-6 OP. 013	2	599
Banco do Brasil S/A c/c 42904-X ag. 0392-1	-	934
Banco do Brasil Ag 1251-3 c/c 44805-2 MESP	-	331
CEF AG 4044 Poupança 15763-8	-	60
Total	R\$ 29.482	R\$ 33.400

4.1.4. Aplicações Financeiras

Está demonstrado no grupo ativo circulante nas contas de aplicações financeiras do Banco do Brasil o montante de R\$ 1.766.603 (hum milhão setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e três reais atualizados até 31 de dezembro de 2020. No decorrer do ano de 2020 ocorreram bloqueios judiciais nas contas já bloqueadas para futuro abatimento do saldo devedor com o Banco Itaú.

4.2. Adiantamento a delegação esportiva

O valor de R\$ R\$ 5.601 (cinco mil seiscentos e um reais) em 31 de dezembro de 2020, é referente a adiantamentos à delegação esportiva para futura prestação de contas.

4.3. Adiantamentos a dirigentes

O valor de R\$ 150.663 (cento e cinquenta mil seiscentos e sessenta e três reais) em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao saldo remanescente de adiantamentos à dirigentes de anos anteriores a 2017, Carlos Nunes, para futura prestação de contas.

4.4. Outros adiantamentos

O valor de R\$ 35.258 (Trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e oito reais) em 31 de dezembro de 2019 refere-se a adiantamentos remanescentes de anos anteriores e do ano de 2020 para realização das despesas quando da comprovação dos respectivos comprovantes fiscais.

4.5. Adiantamento para prestação de contas

O Comitê Olímpico do Brasil – Lei Agnelo Piva, destinou em exercícios anteriores a 2017 o valor de R\$ 1.149.167 (hum milhão cento e quarenta e nove mil cento e sessenta e sete reais) efetivamente pagos pelo COB para apresentação futura da respectiva prestação de contas que será contabilizado como despesa da entidade e o valor de R\$ 573.397 (quinhentos e setenta e três mil trezentos e noventa e sete reais) refere-se a pagamentos referentes a despesas de campeonato que estão aguardando prestações de contas para serem revertidos ao resultado perfazendo o total da conta de adiantamento para prestação de contas em R\$ 1.722.564 (hum milhão setecentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais) em 31 de dezembro de 2020

NOTA 5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.1. Realizável a longo prazo:

5.1.1 Carta de crédito – consórcio

O saldo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 35.739 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais) refere-se aos valores remanescentes de exercícios anteriores a 2017.

5.1.2 Bloqueios judiciais

Foram realizados diversos bloqueios judiciais, em contas bancárias da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, perfazendo o montante de R\$ 170.085 (cento e setenta mil e oitenta e cinco reais) por conta de processos judiciais até 31-12-2020.

5.2. Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão pela adoção do custo atribuído em seus ativos. Os bens foram depreciados considerando a vida útil aplicada pela legislação tributária e a constante valorização de mercado de veículos usados. A adoção do custo atribuído, somada à revisão das vidas úteis estimadas geraram um efeito no imobilizado líquido em contrapartida na conta de Avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, sendo deduzido o respectivo imposto de renda e da contribuição social diferida. A seguir demonstramos o detalhamento dos bens do ativo imobilizado:

	31-dez-20	31-dez-19
Imóveis	2.023.312	2.023.312
Equipamentos	250.683	250.683
Computadores e Periféricos	177.258	173.648
Instalações	185.653	185.653
Moveis e Utensílios	278.564	278.564
Telefonia	8.336	8.336
Benfeitorias em instalações	470.931	470.931
Total	R\$ 3.394.737	R\$ 3.391.127

NOTA 6. PASSIVO CIRCULANTE

Estão representados neste grupo os compromissos assumidos à curto prazo, conforme demonstrados a seguir:

6.1. Fornecedores

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores diversos	262.685	275.177
Total	R\$ 262.685	R\$ 275.177

6.2. Obrigações trabalhistas e sociais

	31-dez-20	31-dez-19
Salários a Pagar	63.475	83.774
Férias a Pagar	20.951	30.705
Contrib. Sindical a Recolher	12.764	12.764
Total	R\$ 97.190	R\$ 127.243

6.3. Obrigações tributárias

	31-dez-20	31-dez-19
IRRF (Cod. 0561) a Recolher	110.557	243.524
IRRF (Codigo 0588) a Recolher	105.763	94.162
IRRF (codigo 1708) a Recolher	29	765
PCC (PIS/COFINS/CSLL) a Recolher	89	585
PIS a Recolher	11.071	20.003
IRRF a Recolher (codigo 3208 Aluguel)	38	38
ISS Recolher Terceiros	-	1.050
INSS retido a recolher	-	291
Total	R\$ 227.546	R\$ 360.416

São obrigações Federais/Estaduais/Municipais a serem cumpridas no prazo de 12(doze) meses:

6.4. Encargos sociais

	31-dez-20	31-dez-19
INSS a Recolher	361.251	503.815
FGTS a Recolher	6.469	36.787
Total	R\$ 367.720	R\$ 540.601

** Valores devidos de INSS estão em andamento de parcelamento no ano calendário de 2021.

6.5 Obrigações diversas

	31-dez-20	31-dez-19
Alugueis a pagar	23.694	23.694
Outras contas a pagar	5.927	5.594
Autônomos a pagar	-	2.140
Acordo Judicial	21.502	7.702
Acordo com Fornecedores	8.030	8.030
FIBA	204.696	204.696
Vinicius Alvares	-	11
Fed. Catarinense de Basketball	26.000	26.000
Acordo trabalhista	144.732	78.013
Total	R\$ 434.580	R\$ 355.879

6.6 Parcelamentos

Estão registrados nesta conta parcelamentos de diversas inscrições imobiliárias de IPTU do referido imóvel da Confederação perfazendo montante de R\$ 2.598 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais) em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 Exigível a longo prazo

São todas as obrigações a serem cumpridas no prazo superior a 12 (doze) meses.

7.1.1. Empréstimos financeiros

Foram demonstrados nesta conta os valores de empréstimos contraídos com o Banco Itaú S/A, conforme contrato nº 30296/30634935, renegociados de acordo com o processo judicial 0201970-92.2013.8.19.0001, juros de 1,90 am, em 48 parcelas de R\$ 61.263,07 (sessenta e um mil duzentos e sessenta e três reais e sete centavos) em 16/05/2016, sendo as parcelas paga na data de seus vencimentos o valor da parcela será de R\$ 45.947,30 (quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

Constatamos que o respectivo empréstimo não foi cumprido no ano de 2016, perfazendo o montante atualizado à data de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 1.231.577 (um milhão duzentos e trinta e um mil quinhentos e setenta e sete reais).

No exercício de 2017 foram realizados bloqueios judiciais nas contas bancárias do Banco do Brasil da Confederação Brasileira de Basketball a fim de quitar o saldo devedor com o Banco Itaú S/A, até o presente relatório não recebemos do Banco Itaú saldo atualizado de empréstimos.

7.1.2 Parcelamentos

	31-dez-20	31-dez-19
INSS - PARCELAMENTO Simplificado	282.608	282.608
INSS - Parcelamento Simplificado PGFN	2.314.246	2.214.246
PRT Demais Débitos - RFB	680.377	346.909
Parcelamentos Simplificados demais débitos RFB	46.207	46.207
INSS	1.471.514	968.320
FGTS	634.282	608.028
Total	R\$ 5.429.234	R\$ 4.466.319

** Valores devidos de INSS estão em andamento de parcelamento no ano calendário de 2021, juntamente com os débitos tributários de curto prazo informados na nota explicativa nº "6.4".

7.1.3 Obrigações trabalhistas e sociais

Estão registradas nas contas os saldos de anos anteriores até 31/12/2019 cuja obrigação excede a 12 meses, sendo considerada por esta auditoria como obrigações não circulantes, demonstradas no quadro abaixo:

	31-dez-20	31-dez-19
Rescisões a pagar	785.908	795.256
Salários a Pagar	509.110	490.184
Total	R\$ 1.295.017	R\$ 1.285.440

7.1.4 Fornecedores

Estão registradas nas contas valores de fornecedores que são superiores a doze meses, perfazendo o montante de R\$ 100.345 (cem mil trezentos e quarenta e cinco reais) em 31 de dezembro de 2020.

7.1.5 Empréstimos pessoas ligadas

No decorrer do ano de 2018 foram realizados diversos aportes de capital do Sr. Guy Rodrigues Peixoto Junior a fim de dar cumprimento as obrigações da Confederação, tais como pagamentos de salários, impostos e diversos custos perfazendo o montante de R\$ 304.432 (trezentos e quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais), atualizados até 31 de dezembro de 2019. Em Assembleia de prestação de contas o Presidente Sr. Guy Rodrigues Peixoto Junior declarou que os recursos por ele destinados à CBB seriam anistiados no ano de 2020, ocasionando um ingresso econômico de receitas não operacionais.

7.1.6 Empréstimos de terceiros

Em março de 2019 foi realizado um contrato de mútuo no valor de R\$ 561.218 (quinhentos e sessenta e um mil duzentos e dezoito reais) com a empresa GP7 Distribuidora Ltda., e no ano calendário foram realizadas devoluções parciais do referido mútuo, perfazendo saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 219.537 (duzentos e dezenove mil quinhentos e trinta e sete reais), esses valores devidos à empresa GP7 Distribuidora de Bebidas Ltda., foram mediante termo, anistiados no ano de 2020, tendo sido esses recursos ingresso de receita econômica no ano de 2020.

7.1.7 Projetos – Ministério do Esporte

Foram reclassificados no grupo ativo não circulante por excederem a 12 meses os valores contabilmente registrados em anos anteriores que referem-se a patrocínios da EUROFARMA, ELETROBRÁS e BRADESCO bloqueados pelo Ministério do Esporte, perfazendo o montante de R\$ 1.476.513 (hum milhão quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e treze reais) à data de 31 de dezembro de 2019.

NOTA 8. CONTINGÊNCIA CÍVEL

8.1 A Confederação Brasileira de Basketball possui ações de natureza cíveis, em situações prováveis de perda que perfazem o montante total das causas em R\$ 9.219.568 (nove milhões duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e oito reais) conforme abaixo demonstrado:

Processo	Autora/Réu-CBB
0295009-12.2014.8.19.0001	DHP Viagens e Turismo Ltda
0056563-84.2015.8.19.0001	Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
0334442-23.2014.8.19.0001	Javo Comunicação Ltda
0121458-20.2016.8.19.0001	Vcolor Comunicação Visual Ltda-Me
0243314.48.2016.8.19.0001	DMX Soluções em Vídeo Eirele
0270956-93.2016.8.19.0001	In Press Média Guide Assessoria de Imprensa e Comunicação Ltda
0082190-22.2017.8.19.0001	Praxis Consultoria e Informação Desportiva Ltda
0204616.36.2017.8.19.0001	Antonio Carlos Andreazza Gonçalves de Oliveira
0208061-62.2017.8.19.0001	Condomínio do Edifício Bokel
0305921-63.2017.8.19.0001	Nelson Willian & advogados Associados

8.2 A seguir demonstramos as ações de natureza cíveis que foram extintas ou negociadas em 2018, perfazendo o montante de R\$ 15.899.320 (quinze milhões oitocentos e noventa e nove mil trezentos e vinte reais):

Processo	Autora/Réu-CBB
0188059-53.2010.8.19.0001	Champion Products Europe Ltda
0276105-75.2013.8.19.0001	Tamoyo Internacional Agência de Viagens e Turismo Ltda
0068799-34.2016.8.19.0001	BSB Marketing Esportivo S/A

8.3 Por outro lado, constatamos que a entidade possui ação cível movida contra ELETROBRÁS, no montante de R\$ 18.798.422 (dezoito milhões setecentos e noventa e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais), processo de nº 0146967-50.2016.8.19.0001.

NOTA 9. PATRIMONIO SOCIAL

Compõe o saldo do Patrimônio social o valor de R\$ 148.437 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais) em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 10. APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas e receitas do exercício foram integralmente reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

10.1 Receitas

10.1.1 Receita Patrocínios

	31-dez-20	31-dez-19
Liga Nac. de Basquete	241.963	264.136
Nike do Brasil Comercio e Participações	112.338	238.492
Motorola Mobility Com. de produtos Eletrônicos Ltda.	484.408	733.700
Receita Premiações - FIBA	250.996	1.093.972
Patrocínios geral	-	80.000
Cimed Indústria de medicamentos	-	240.000
Total	R\$ 1.089.707	R\$ 2.650.300

10.1.2 Lei Piva

	31-dez-20	31-dez-19
Repasse COB	-	35.658
Total	R\$ -	R\$ 35.658

10.1.2.1 Receita e despesas Pagas pelo COB

Constatamos que no ano de 2020 o Comitê Olímpico do Brasil – COB realizou pagamentos de despesas à Confederação Brasileira de Basketball no valor total realizado de R\$ 2.091.621 (dois milhões noventa e um mil seiscentos e vinte e um reais).

Os valores pagos pelo COB compõem a receita que deveria ter sido destinada à Confederação Brasileira de Basketball no ano de 2020, mas devido a impossibilidade do cumprimento das obrigações de certidões não foi possível o referido recebimento, sendo assim desembolsados pelo COB.

Constatamos que se no ano calendário de 2020 a CBB tivesse recebido o total da receita oriunda do COB no valor de R\$ 3.261.587 (três milhões duzentos e sessenta e um mil quinhentos e oitenta e sete reais) e R\$ 162.789 (cento e sessenta e dois mil setecentos e oitenta e nove reais) provenientes do Fundo de Investimento, que foi totalmente realizado pelo COB em 2020, juntamente com as demais receitas devidamente recebidas

de patrocínios e demais receitas no valor de R\$ 3.442.626 (três milhões quatrocentos e quarenta e dois mil seiscentos e vinte e seis reais) que perfazem o montante de R\$ 6.867.001 (seis milhões oitocentos e sessenta e sete mil e um real), o percentual da despesa administrativa teria sido de 2,81% e não 5,61% como apresentado nos resultados de dados financeiros selecionados demonstrados na página 11 deste relatório.

Para o ano de 2021 temos um saldo da verba de 2020 no valor de R\$ 1.169.966 (um milhão cento e sessenta e nove mil novecentos e sessenta e seis reais) referentes a Lei Piva.

10.1.3 Receitas financeiras

	31-dez-20	31-dez-19
Receita de Aplicação Financeira	11.078	29.325
Total	R\$ 11.078	R\$ 29.325

10.1.4 Outras receitas

	31-dez-20	31-dez-19
Aluguel de salas	42.557	29.636
Taxa de Inscrição /Transf. de Atletas/Clubes	299.450	498.437
Inscrições clubes (CBC)	14.500	263.700
Inscrições clubes (CBA)	78.500	101.000
Receitas Eventuais	-	117.546
Receitas diversas	4.119	-
Recuperação de despesas	-	2.417
Doação COB	1.378.746	-
Receita de anistia de dívidas	523.969	-
Total	R\$ 2.341.841	R\$ 1.012.736

10.2. Despesas Operacionais

10.2.1 Pessoal

	31-dez-20	31-dez-19
Salários	903.073	1.014.308
Férias	135.083	125.614
13º. Salário	93.779	94.230
Vale Transporte	10.660	17.111
FGTS	89.079	101.468
Ações trabalhistas	115.130	83.523
Plano de Saúde/Assistência Médica	-	1.492
INSS	391.464	405.875
Vale Refeição	58.244	64.763

Pis s/ Folha		11.071		12.188
Total	R\$	1.807.582	R\$	1.920.573

10.2.2 Gerais

	31-dez-20	31-dez-19
Aluguéis	87.521	4.115
Condomínio	-	9.637
IPTU e Taxas	3.952	48.527
Água, luz, força e gás	-	16.986
Manutenção de equipamentos	3.965	-
Manutenção e instalação	5.152	36.802
Correios	1.747	6.117
Suporte em internet	30.713	27.175
Viagem/Hospedagem/Refeições em viagens	-	27.901
Telefones/Internet	18.771	24.442
Outras Despesas	22.736	37.943
Fretes	1.427	3.362
Lanches e Refeições	3.833	-
Condução/Estacionamento	174	170
Material de Escritório	1.865	6.278
Despesas Legais e Cartoriais	274	3.527
Ajuda custo	216	4.500
Manutenção Conservação Imóveis	-	22
Material Esportivo	1.805	-
Serviços de limpeza	4.389	8.151
Impostos e Taxas	4.670	-
Total	R\$ 193.208	R\$ 265.654

10.2.3 Despesa com prestação de serviços

	31-dez-20	31-dez-19
Honorários Contábeis	71.559	60.719
Honorários Advocatícios	189.798	184.600
Serviços Profissionais	156.784	724.390
Uniformes	5.316	-
Total	R\$ 423.458	R\$ 969.709

10.2.4 Despesas de veículos

	31-dez-20	31-dez-19
Combustíveis	2.706	4.380
Manutenção com veículos	-	2.452
Estacionamentos/Pedágios/IPVA	1.618	1.678
Total	R\$ 4.324	R\$ 8.511

10.2.5 Despesa com eventos

	31-dez-20	31-dez-19
Despesas de eventos diversos	771.767	358.578
Total	R\$ 771.767	R\$ 358.578

10.2.6 Despesas financeiras

	31-dez-20	31-dez-19
Juros Passivos e multas	11.782	8.529
Tarifa bancária	6.860	23.857
Total	R\$ 18.643	R\$ 32.386



Confederação Brasileira de Basketball

Av. Salvador Allende, 6.555, Pavilhão 1, sala 107, Riocentro – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ CEP: 22.783-127

Site: cbb.com.br

Email: secretaria@basquetebrazil.org.br

CONSELHO FISCAL

PARECER

Em virtude do exposto pela representante da empresa de auditoria PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX, a sócia proprietária Maria Cecília Casanova, o Conselho Fiscal recomenda, por unanimidade à Assembleia Geral que sejam aprovadas as contas do ano de 2020.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2021

Virtualmente presentes:

Sr. Paulo Sérgio Rego

Membro Efetivo

Sr. Carlos Maurício Ettinger

Membro Suplente

Sr. Rodrigo Donato

Membro Suplente

Eu, Rogério Teixeira, que secretariei a reunião, declaro serem verdadeiras as informações acima.

Rogério Gomes Teixeira

Secretário